

## O CURSO DE APERFEIÇOAMENTO PARA AGENTES POLÍTICOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO

THE IMPROVEMENT COURSE FOR POLITICAL AGENTS  
OF THE BRAZILIAN PUBLIC PROSECUTOR'S OFFICE

### **Carla Gandini Giani Martelli**

[cmartelli@fclar.unesp.br](mailto:cmartelli@fclar.unesp.br)

Professora do Departamento de Antropologia, Política e Filosofia da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista – UNESP/Araraquara e professora do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UNESP/Araraquara.

---

### **Marcelo Santos**

[msantos@fclar.unesp.br](mailto:msantos@fclar.unesp.br)

Professor do departamento de Antropologia, Político e Filosofia da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista – UNESP/Araraquara e professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP/Araraquara.

---



O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público de São Paulo (CEAF), em conjunto com a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) e com o apoio do Colégio de Diretores de Escolas e Centros de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional dos Ministérios Públicos do Brasil (CDEMP), promoveu o Curso de Aperfeiçoamento para Agentes Políticos do Ministério Público Brasileiro. Com carga horária de 180 horas/aula, entre aulas presenciais e virtuais, o curso aconteceu de 06 de abril a 17 de outubro de 2015.

O objetivo do curso foi o de promover uma reflexão acerca de vários aspectos da realidade brasileira de modo a permitir uma atuação responsável, proativa e resolutiva dos promotores públicos com vistas a contribuir com a construção de um Estado Republicano cada vez mais comprometido com o bem-estar coletivo, com os valores democráticos, com a preservação da *coisa pública* e da justiça.

Como se sabe, o Ministério Público, a partir da Carta Constitucional de 1988, teve seu poder bastante ampliado, recebendo a nobre missão de assegurar o cumprimento dos direitos da cidadania, garantidos em lei, inclusive, quando necessário, contra a ação ou omissão do Estado, o que se constitui uma inovação importante no ordenamento jurídico brasileiro.

Assim, cientes do papel fundamental que ocupa o Ministério Público no contexto brasileiro atual, o curso foi estruturado de modo a contribuir com a formação técnico-profissionalizante e ético-política dos promotores atendendo às necessidades e expectativas de uma sociedade cada vez mais complexa, plural, crítica e exigente. Essa atuação implica transformá-los em agentes políticos competentes e sensíveis à missão de fazer o correto diagnóstico das demandas e problemas, propor condução acertada e viável para soluções e promover ações transformadoras e positivas da realidade em que atuam.

O curso foi desenvolvido em quatro módulos. Denominado como “Formação Geral”, o primeiro módulo foi estruturado em torno de duas temáticas: Teoria Política Contemporânea e Instituições Políticas Brasileiras. Com a perspectiva de discutir os problemas e desafios políticos brasileiros contemporâneos, o módulo envolveu aulas sobre o processo de formação das instituições políticas brasileiras e sobre as principais contribuições de teoria política contemporânea acerca das temáticas da justiça distributiva, dos modelos de *Estado de Bem-Estar Social* e da democracia.

Focado na gestão do Estado, o módulo dois teve como temática central uma discussão técnica e teórica sobre a estrutura e o funcionamento da Administração Pública no Brasil. Para tanto, as aulas versaram sobre gestão pública (organização e métodos), economia do setor público (contabilidade e finanças) e políticas públicas (agenda, formulação, implementação e avaliação).

O módulo três envolveu uma discussão sobre a relação Estado, sociedade e políticas públicas. Com foco no processo de redemocratização do país e na Constituição de 1988, o curso retomou as principais teorias sobre participação política e sobre Direito contemporâneo para discutir o envolvimento da sociedade civil nos processos de formulação, administração e prestação de contas nas políticas públicas.

Por fim, dividido em duas etapas, o módulo quatro envolveu estudos específicos sobre as diversas áreas de atuação do Ministério Público. A primeira etapa incluiu a formação de cinco grupos de trabalho (GTs): o GT1, intitulado “Ministério Público e Sustentabilidade”, abarcou temas relacionados ao papel do MP junto às questões de meio ambiente, urbanismo, moradia e mobilidade urbana, política agrária, alimentar e nutricional e desenvolvimento regional. O GT2, “Ministério Público e Desenvolvimento Humano”, discorreu sobre temas relacionados à infância e juventude, ao idoso, à pessoa com deficiência, gênero e família. O GT3, “Ministério Público e Políticas Sociais Básicas”, promoveu reflexões sobre as áreas de educação, saúde, moradia, cultura, patrimônio cultural, lazer e esporte. O GT4, “Ministério Público e Segurança Pública”, privilegiou o debate sobre criminologia, política criminal, política penitenciária e dogmática penal e processual contemporânea. Por fim, o GT5, “Ministério Público e Probidade Administrativa”, discorreu sobre os temas do Direito e da Moral, da relação entre público-privado, corrupção, controladoria e contabilidade pública e controle jurisdicional da administração.

Além de aulas expositivas sobre cada um dos temas, na segunda etapa desse módulo, cada membro dos GTs, orientado por dois professores, teve como atividade final a elaboração de um Projeto de Intervenção, a partir de suas áreas de interesse e/ou atuação. Tais projetos foram apresentados ao final do curso para uma banca composta pelos coordenadores do Curso e para os demais alunos, que também participaram das discussões. Foi um momento muito importante e profícuo de troca de experiências e de debates sobre os temas abarcados nos projetos.

Esta Revista tem o prazer de publicar alguns dos projetos de intervenção, escolhidos tanto pela qualidade que demonstraram na elaboração, como por representarem a diversidade de possibilidades de áreas e formas de atuação do promotor público.